

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	12
5.3 - Descrição - Controles Internos	13
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	40
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	43
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5. Política de Gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a. Informar se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 04/04/2018 a Companhia aprovou a reforma estatutária para estar em conformidade com a Lei 13.303/16 “Lei das Estatais”. Esta lei veio disciplinar a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de empresas públicas e sociedades de economia mista. Estabelece uma série de mecanismos de transparência e governança a serem observados pelas estatais, como regras para divulgação de informações, práticas de gestão de risco e controles internos, códigos de conduta, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, constituição e funcionamento dos conselhos, assim como requisitos mínimos para nomeação de dirigentes. Outro ponto de destaque da Lei são as normas de licitações e contratos específicas para empresas públicas e sociedades de economia mista. Consequentemente, a Lei 8.666/93 deixa de ser aplicada a essas entidades, salvo nos casos expressamente descritos. Portanto, não serão utilizadas as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 (convite, concorrência, tomada de preços, concurso e leilão), e sim os procedimentos previstos na Lei 13.303, sendo que, para a aquisição de bens e serviços comuns, deveremos adotar preferencialmente o pregão. Na hipótese de licitação dispensável foi estabelecido o limite de R\$ 50 mil para compras e serviços. (pela regra anterior o limite era R\$ 16 mil). A Lei ainda permite que esses limites de dispensa sejam alterados, para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração, admitindo-se valores diferenciados para cada sociedade. (art. 29. § 3º). E não há limites definidos para essa alteração.

Reproduzimos abaixo os capítulos incluídos no Estatuto da Companhia onde ocorreram as alterações mais relevantes:

### CAPÍTULO VII COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

**ARTIGO 37** – O Comitê de Elegibilidade verificará a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, para o Conselho Fiscal e para a Diretoria Executiva, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

**ARTIGO 38** – O Comitê de Elegibilidade será integrado por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, sem mandato fixo.

**Parágrafo Primeiro** – Podem fazer parte do Comitê de Elegibilidade, preferencialmente, membros do Comitê de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Auditoria Estatutário e empregados da Companhia.

**Parágrafo Segundo** – O exercício da função no Comitê de Elegibilidade será feito sem remuneração.

**ARTIGO 39** – O órgão do Acionista Controlador responsável pelas indicações de administradores e Conselheiros Fiscais encaminhará:

- I – Formulário padronizado para análise do Comitê de Elegibilidade, acompanhado dos documentos comprobatórios e da sua análise prévia de compatibilidade;
- II – Nome e dados da indicação da Secretaria Municipal responsável pela indicação.

**Parágrafo Primeiro** – O Comitê de Elegibilidade deverá opinar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do formulário padronizado, sob pena de aprovação tácita e responsabilização dos seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

**Parágrafo Segundo** – O Comitê de Elegibilidade deliberará por maioria de votos, com registro em ata.

**Parágrafo Terceiro** – Devem ser divulgadas as atas das reuniões do Comitê de Elegibilidade realizadas com o fim de verificar o cumprimento, pelos membros indicados, dos requisitos definidos na política de indicação, devendo ser registradas as eventuais manifestações divergentes de Conselheiros.

### CAPÍTULO VIII

#### ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO.

**ARTIGO 40** – A área de Conformidade será responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos e deverá ser vinculada ao Diretor Presidente e liderada por ele próprio ou por outro Diretor.

**Parágrafo Único** – Caso se suspeite do envolvimento do Diretor Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, o Conselho de Administração poderá deliberar, em reunião própria, que a área de Conformidade se reportará diretamente a ele, por período determinado.

**ARTIGO 41** – A área de Conformidade terá por atribuições:

- I – Propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;
- II – Verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- III Comunicar à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à empresa;
- IV Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;
- V Elaboração, divulgação e verificação do cumprimento do Código de Conduta e Integridade;
- VI Gestão de canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais;
- VII Estabelecer mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;
- VIII Propor procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- IX Coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a empresa;
- X Coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;
- XI Estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;
- XII Elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;
- XIII Garantir a transparência da pessoa jurídica;
- XIV Garantir a confiabilidade dos indicadores de desempenho da entidade;
- XV Outras atividades correlatas definidas pelo Diretor estatutário.

**CAPÍTULO IX AUDITORIA INTERNA**

**ARTIGO 42** – A Auditoria Interna será vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, e compreende um conjunto de mecanismos que avaliam a conformidade dos trabalhos, processos e resultados da Companhia com as normas dos órgãos que a regulam.

**ARTIGO 43** – À Auditoria Interna compete aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

**CAPÍTULO X**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

#### **Posse, Impedimentos e Vedações**

**ARTIGO 44** – Os membros dos órgãos estatutários serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e notório conhecimento, observados os demais requisitos normativos, especialmente os dispostos na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

**Parágrafo Único** – Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento às exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente.

**ARTIGO 45** – Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas.

**Parágrafo Único** – O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição ou indicação, quando couber, sob pena de sua ineficácia.

**ARTIGO 46** – Nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, a posse e investidura no cargo ficam condicionadas à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio, a qual ficará arquivada no serviço de pessoal competente.

**Parágrafo Primeiro** – Para as finalidades do caput deste artigo, poderá ser considerada a declaração de bens exigida pela legislação do Imposto de Renda, referente ao ano base imediatamente anterior à data da investidura ou término do exercício do cargo.

**Parágrafo Segundo** – A declaração de bens deverá ser anualmente atualizada e, também, na data em que o membro do órgão estatutário deixar o cargo.

**ARTIGO 47** – Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considerar-se-á automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a eleição dos respectivos substitutos.

#### **Remuneração e Licenças**

**ARTIGO 48** – A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** – Não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**ARTIGO 49** – Os membros de Conselhos e Comitês estatutários deverão participar, no mínimo anualmente, de avaliação de desempenho individual e coletiva, que avalie no mínimo os seguintes requisitos:

- I. Atos de gestão praticados, quanto à licitude e eficácia da ação administrativa;
- II. Contribuição para o resultado do exercício;
- III. Consecução dos objetivos estabelecidos no Compromisso de Desempenho Institucional e atendimento a estratégia de longo prazo.

**Parágrafo Único** – Compõe a avaliação dos administradores a obrigação de participar, por ocasião da posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e demais temas relacionados à atividade da empresa.

**ARTIGO 50** – Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 03 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata.

### **Disposições gerais**

**ARTIGO 51** – É expressamente vedado e nulo, em relação à Companhia, o uso da denominação social em negócios estranhos aos seus objetivos, tais como a concessão de avais, fianças e qualquer outro ato de mero favor.

A Companhia entende que uma efetiva gestão de riscos torna-se fundamental e imprescindível para o atingimento, de forma sólida, de seus objetivos, bem como para a continuidade de seus negócios. Deste modo, desenvolveu sua estratégia de gerenciamento dos riscos com objetivo de estabelecer uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

O processo de gestão integrada de riscos atualmente é orientado por uma política única e coordenada pela DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos), de forma a garantir a visão sistêmica e integrada dos resultados e sua padronização entre todos os departamentos da Companhia.

A versão vigente da Política de Gestão de Riscos da SPTuris ("Política de Gestão de Riscos e Controles Internos") está aderente às novas demandas e boas práticas de conformidade. O documento (constituído de princípios, diretrizes, autoridade e responsabilidade) foi aprovado pela Diretoria Executiva em 20/06/2018 e segue em implantação operacional pela DCO.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos da Companhia se fundamenta em apoiar o plano de crescimento, o planejamento estratégico e a continuidade dos negócios, bem como fortalecer as práticas de governança corporativa. Em linha com esta política, a Companhia definirá ações de mitigação adequadas para um grupo de riscos que são priorizados anualmente, em função de seu nível de exposição, pela Diretoria Executiva.

### i. os riscos para os quais se busca proteção

Com base na referida política e na estrutura organizacional de gestão de riscos e controles internos, em conjunto com as áreas de negócio e áreas de suporte, a Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Companhia, sua reputação, seus resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, dentre os quais destacam-se:

**Riscos Estratégicos:** são aqueles pertinentes aos objetivos estratégicos e à estrutura organizacional da Companhia, bem como ao atingimento das metas contidas no Planejamento Estratégico e no Plano de Negócios aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Incluem-se os riscos decorrentes da habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças no setor de turismo e eventos, em especial relativos à demanda dos seus produtos e estrutura de capital da Companhia.

**Riscos Operacionais:** são aqueles pertinentes às atividades operacionais realizadas pela Companhia em seu dia a dia, bem como aos seus trâmites regulatórios, relacionados à gestão e uso consciente de seus ativos para geração de valor. Incluem-se os riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações e projetos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia

**Riscos Financeiros:** são aqueles referentes ao mercado em que a Companhia atua, bem como à gestão do seu caixa e à sua capacidade de crédito e liquidez, e que podem afetar a capacidade de honrar compromissos junto a fornecedores, credores e consumidores relacionados. Incluem-se os riscos de aumentos dos custos das operações da Companhia, em virtude, não só de condições de mercado, como também decorrentes de alterações legais e regulatórias.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**Riscos de Conformidade:** são aqueles referentes ao cumprimento das leis e regulamentos aos quais a Companhia está submetida, bem como em relação à manutenção do mais elevado padrão de governança e transparência, e de aderência às normas anticorrupção e antifraude, evitando, assim, sanções legais ou regulatórias, e instauração de processos legais contra a Companhia.

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Política de Gestão de Riscos e os normativos dela derivados têm por objetivo a estruturação da metodologia de riscos, identificação dos riscos, avaliação dos riscos, resposta dos riscos, e gestão dos riscos inerentes às atividades da Companhia, incorporando a visão integrada de riscos à tomada de decisões estratégicas. De forma geral seus princípios preveem:

- Resguardar a vida, direitos, obrigações, instalações, processos, informações, reputação e imagem;
- Gestão de riscos e controles internos alinhados ao Planejamento Estratégico;
- Considerar a gestão integrada e os riscos em todas as decisões;
- Ações de resposta ao risco, considerando consequências cumulativas de longo prazo;
- Promover altos valores de ética, integridade de transparência;
- Estrutura e gestão corporativa de conformidade, efetiva, consistente, reportes seguros e tempestivos;
- Atuar preventivamente evitando exposição a riscos de fraude, atos de corrupção, improbidade, má conduta.

O processo de gestão de riscos é conduzido pela DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos) e os resultados obtidos no processo enviados à apreciação da Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Tendo como bases metodológicas conceituadas como o COSO, o modelo de gestão integrada de riscos partirá da identificação e consolidação em matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais a Companhia se encontra exposta, para posterior identificação, avaliação, resposta e gestão de referidos riscos através de processos específicos para cada uma das 5 etapas:

**1) Análise de ambiente e fixação de objetivos:** avaliação e aprovação, junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, das principais variáveis de ambiente, objetivos a serem mensuráveis, e apetite e tolerância ao risco, para o gerenciamento de riscos.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**2) Identificação de eventos de riscos:** reconhecer e descrever os riscos, seus fatores geradores, impactos e responsáveis. Realizado com a participação de todos os envolvidos nos processos de negócio, o resultado é uma matriz priorizada de riscos corporativos para posterior análise e resposta aos riscos. A matriz é revisada anualmente e, a cada dois anos, uma nova versão deve ser formalmente aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

**3) Avaliação de eventos de riscos:** realização de análises qualitativas e quantitativas visando à definição do impacto e da probabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados.

**4) Resposta aos riscos:** o tratamento dos riscos ocorre após a avaliação. São definidas quais posições a Companhia assumirá diante da possível materialização de um determinado risco. Possíveis respostas consistem em:

- evitá-los;
- mitigá-los, pela definição de planos de ação e controles internos;
- compartilhá-los, utilizando-se seguros; ou
- aceitá-los.

A decisão depende, principalmente, do grau de apetite e tolerância ao risco, previamente homologado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

**5) Informação, comunicação e monitoramento:** constitui no desempenho de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, que visam acompanhamento dos indicadores gerenciais, a supervisão da implantação e manutenção dos planos de ação definidos, e a verificação do alcance das metas estabelecidas. A comunicação ocorre de forma paralela às demais e deve atingir a todas as partes interessadas, de maneira clara e objetiva, respeitando-se as boas práticas de governança exigidas pelo mercado.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em linha com a Política de Gestão de Riscos, estão envolvidos diretamente na identificação, avaliação, respostas e monitoramento dos riscos os seguintes órgãos da Companhia:

**Conselho de Administração (CA):** aprovar o nível de tolerância ao risco da Companhia proposto pela Diretoria Executiva; acompanhar, de forma sistemática, a gestão de riscos; apoiar e conduzir práticas de negócio, considerando a ética como um valor imprescindível na aplicação diária das decisões.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**Comitê de Auditoria Estatutário (CAE):** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos; ter conhecimento das ações de integridade corporativa da Companhia, por meio de relatórios elaborados pela DCO, e reportá-los, no âmbito de suas atividades, ao Conselho de Administração, quando julgar necessário.

**Auditoria Interna (AI):** avaliar, de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomendar melhorias.

**Conselho Fiscal (CF):** conhecer os riscos mais significantes para a Companhia e monitorar se a administração está tratando-os de forma adequada.

### **Diretoria Executiva (DE):**

- a. Propor o nível de tolerância ao risco, no momento da definição do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios, considerando, dentre outras, a análise quantitativa e qualitativa de riscos de ambos;
- b. Aprovar a tolerância aos riscos empresariais, principalmente, mas não se limitando, ao dimensionamento de liquidez e alocação de caixa da Companhia;
- c. Garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o nível de tolerância ao risco e as estratégias da Companhia sejam executadas e monitoradas continuamente;
- d. Conduzir práticas de negócio que atendam às normas e regulamentações dos órgãos reguladores, bem como às legislações de anticorrupção e de combate à lavagem de dinheiro aplicáveis à Companhia;
- e. Apoiar e conduzir práticas de negócio, considerando a ética como um valor imprescindível na aplicação diária das decisões;
- f. Assegurar que as ações de conformidade sejam observadas nas proposições apresentadas pelas áreas da Companhia.

### **Diretoria de Conformidade DCO:**

- a. Definir metodologia corporativa de gestão de riscos pautada numa visão integrada e sistêmica, que possibilite um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos nos mais diversos níveis hierárquicos da Companhia;
- b. Estimular a integração e capturar a sinergia das ações de gestão de riscos dentre as diversas unidades organizacionais, assim como dentre os demais processos de negócio, gestão e serviços corporativos;
- c. Disseminar conhecimentos em gerenciamento de riscos e controles internos para toda a força de trabalho;
- d. Monitorar e reportar periodicamente à Alta Administração o efeito dos principais riscos nos resultados integrados da Companhia;
- e. Apoiar na identificação, avaliação e indicação do gestor com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco;
- f. Auxiliar os gestores a avaliar e revisar os procedimentos de suas áreas, disseminando a cultura de prevenção de riscos;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- g. Adotar procedimentos de controle preventivo e detectivo dos pontos destacados pelas auditorias (interna e externa) e órgãos reguladores;
- h. Elaborar relatórios sobre as ações de integridade corporativa da Companhia, e reportá-los, periodicamente, ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

**Gerência Jurídica (GJU):** orientar a Companhia em relação às normas aplicáveis e alterações legislativas pertinentes.

**Ouvidoria:** assegurar o envio, à Diretoria de Conformidade, da totalidade das denúncias recebidas, respeitados os devidos parâmetros de classificação.

**Titulares da estrutura geral da Companhia:** manter atualizada a matriz de riscos, em articulação com a DCO; assegurar a adequação aos normativos internos; apoiar a definição de planos de ação para mitigação dos riscos de não conformidade.

**Titulares das unidades organizacionais (gestores):**

- a. Coordenar, promover e acompanhar as ações de gestão de riscos na sua área de atuação, avaliando continuamente seus processos, analisando riscos envolvidos e garantindo a efetividade dos controles e conformidade dos processos;
- b. Atuar conforme os princípios de conduta e ética da Companhia;
- c. Desenvolver e aprimorar metodologias de seu processo, de forma a potencializar a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos específicos, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, com as diretrizes e com as normas corporativas de gestão de riscos, em articulação com a DCO;
- d. Fornecer à DCO, sempre que demandado, todas as informações necessárias para a avaliação integrada dos riscos, o monitoramento e o reporte para a Alta Administração.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Alta Administração entende que sua estrutura operacional e de controles internos está alinhada com as melhores práticas vigentes. Não obstante, a Companhia continua investindo na manutenção de um robusto programa de controles internos, buscando o seu aprimoramento contínuo, além da sucessiva melhoria dos seus processos de gestão de riscos e governança corporativa.

**Código de Conduta e Integridade:**

Alinhado com o objetivo de melhorar constantemente a estrutura operacional e de controles internos, bem como

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

com a Política de Gestão de Riscos adotada, a Companhia tem investido de forma sistemática na revisão e ampliação do alcance de seu Código de Conduta e Integridade, aprovado em 20/06/2018 pela Diretoria Executiva, aplicável a todos os seus colaboradores.

O Código de Conduta e Integridade é um dos principais documentos norteadores da Companhia e seus colaboradores, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento, formaliza os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios, abordando princípios e valores como a ética, integridade, transparência, eficiência, responsabilidade, entre outros, baseando-se em práticas de mercado, de acordo com a Constituição Federal e legislações aplicáveis.

A partir de Agosto/2018 os colaboradores tomam conhecimento do Código de Conduta e Integridade logo após a sua contratação. Durante o período de ambientação do novo empregado ele recebe um exemplar do Código de Ética da Companhia, e assina um termo atestando que o leu, o compreendeu, comprometendo-se a cumprir todas as suas diretrizes.

### **Canal de Denúncias:**

Eventuais denúncias relativas a desvios de conduta cometidos por empregados da Companhia são recebidas pela Ouvidoria, órgão interno, subordinado ao Conselho de Administração, que recebe as denúncias, avalia a admissibilidade de cada uma delas e propõe a melhor condução envolvendo os departamentos, pessoas e órgãos necessários.

Esse canal também recebe e trata denúncias dos empregados, demais colaboradores e da sociedade em geral, sendo assegurado o caráter anônimo da denúncia a critério do denunciante. O acesso ao canal de denúncias pode ser feito pelos website <http://www.spturis.com/v7/denuncia.php> ou telefone (11) 2089-0652.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Descrever se emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando:****a. em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorre em qualquer risco financeiro de mercado (associado a moedas estrangeiras, derivativos etc.), pois suas receitas e despesas estão todas associadas em moeda nacional.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção
- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
- iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
- v. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorre em qualquer risco financeiro de mercado (associado a moedas estrangeiras, derivativos etc.), pois suas receitas e despesas estão todas associadas em moeda nacional.

**c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorre em qualquer risco financeiro de mercado (associado a moedas estrangeiras, derivativos etc.), pois suas receitas e despesas estão todas associadas em moeda nacional.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

#### **a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controle interno efetivo sobre a divulgação das informações financeiras e pela avaliação sobre a eficácia do controle interno quanto à divulgação de informações financeiras.

O controle interno sobre a divulgação das informações financeiras está definido como um processo destinado a proporcionar razoável segurança quanto à confiabilidade das informações financeiras e à elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e inclui políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que reflitam as operações e alienações de ativos da Companhia de forma razoavelmente detalhada, precisa e correta; (2) proporcionem razoável segurança de que as operações sejam registradas da forma necessária para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e os dispêndios da Companhia estejam sendo feitos somente conforme as autorizações da administração e do Conselho de Administração da Companhia; e (3) proporcionem razoável segurança com relação à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou alienação não autorizados de ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras auditadas.

Embora haja limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, inclusive a possibilidade de erro humano e elisão ou inobservância dos controles e procedimentos, os controles e procedimentos de divulgação da Companhia destinam-se a oferecer garantia razoável de consecução de seus objetivos.

Quaisquer falhas identificadas na execução de controles, durante o exercício, são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício.

Em 01/01/2016 entrou em produção o sistema de software ao qual a elaboração das demonstrações financeiras está integrado. O nome deste sistema é ERP Totvs Protheus.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

O principal objetivo da implementação do software integrado (ERP), foi a implantação de controles internos melhor gerenciados, a obtenção dos registros de forma mais eficiente e detalhada em tempo real, a geração dos lançamentos contábeis pela execução dos fatos geradores, a obtenção de informações de forma padronizada e fidedigna, o rateio de custos e despesas de forma automatizada, a obtenção de relatórios para análise e tomada de decisão mais rápida e eficaz.

Nem todos os departamentos foram integrados inicialmente devido a dificuldades operacionais, porém as áreas de Finanças, Contabilidade, Fiscal, Compras, Licitações, Gestão de Contratos, Almoxarifado e Estoque, e RH estão integrados e com suas funcionalidades adequadas.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não realizamos nenhuma mudança em nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras que tenha afetado de forma relevante ou possa razoavelmente afetar de forma relevante nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras.

A partir das demonstrações intermediárias de 31/03/2019, atendendo recomendações do Tribunal de Contas do Município - TCM, que chamou a atenção ao fato de a empresa contabilizar custos em despesas, passamos a contabilizar os gastos com pessoal e encargos, dos departamentos de produção, em contas do grupo de custos. No entanto, esta departamentalização dos custos ainda não contempla alocações de mão de obra direta aos produtos, tendo em vista que a empresa não faz a aferição de horas aplicadas. Por conseguinte, também não são feitas quaisquer alocações de custos indiretos apropriáveis nesta base.

Como bem observou o TCM, a falta da devida apropriação de custos prejudica a estipulação do preço de nossos produtos, trazendo, também, via de consequência, prestações de contas sem integridade com os custos reais dos nossos produtos. Quaisquer pleitos para eventuais aumentos nos preços junto aos nossos clientes, é prejudicada face a falta de justificativas estruturadas nos aumentos de custos. Os resultados negativos ao longo dos anos podem ter origem na falta de controles internos para combater estas deficiências.

### **Política de controles internos**

Com a criação da Gerência de Auditoria e Controle Interno bem como a DCO (Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos), espera-se que seja estabelecidas metas de trabalho adequadas relativamente à descrição e avaliação do sistema de controle interno da SPTuris.

Os trabalhos em desenvolvimento e as análises de todos os ciclos transacionais tem previsão de conclusão em meados de 2019.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

O escopo de nossos trabalhos quanto à descrição e avaliação do sistema de controle interno é coincidente com o requerido para trabalhos de auditoria independente, porém muito mais abrangente quanto à amplitude e objetivos.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) ), que em Fev/2018 passou a se chamar Secretaria de Governança Corporativa (SGC)

Gerência de Auditoria e Controle Interno (GAI) Ouvidoria (OUV)

Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos (DCO), criada em Jun/2018

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), criado em Mai/2018

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Gerente de Auditoria Interna

Diretor de Conformidade

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Conciliação de Depósitos Judiciais - Ausência de controle sobre os depósitos judiciais;

Ativos totalmente depreciados no relatório de imobilizado - Ausência de Inventário do Ativo Imobilizado;

Diferença entre Contabilidade e Sistema de Gestão de Ativo Fixo, no cálculo de depreciação e amortização desde 2016.

As áreas jurídica e financeira estão em 2019 com plano de ação em andamento para correção dos tópicos acima.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Diretoria da São Paulo Turismo está ciente da importância da solução das recomendações apontadas no item “d”, bem como o Plano de Ação proposta para solução dos mesmos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Está em execução um trabalho de identificação e avaliação de riscos relacionados a fraude e corrupção para os processos que possuem interface com agentes públicos. Este trabalho está sendo desenvolvido com base nas práticas da Lei Anticorrupção 12.846/2013.

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

- a)** Em 2018, em trabalhos de adequação a Lei 13.303/16 e a Lei 12.846, a Companhia criou e implementou em Abril de 2018 a Diretoria de Conformidade (*Compliance*), o Comitê de Auditoria Estatutária, o Comitê de Elegibilidade, e já possuía na sua estrutura as áreas de Auditoria Interna e a Ouvidoria para receber e apurar denúncias caso ocorram.

- b) Mecanismos e Procedimentos de Integridade**

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna que atua na avaliação da efetividade e eficiência dos Controles Internos. A priorização das Auditorias é realizada com base na avaliação dos riscos, que são revisitados anualmente, dependendo de sua criticidade.

Ademais, a DCO Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos é a responsável e guardiã do Código de Conduta e Integridade, revisado anualmente. Os funcionários anualmente são treinados e a Companhia conta com os canais de denúncia, Ouvidoria, DCO e GAI Gerência de Auditoria Interna para avaliação e tratativa dos procedimentos de integridade. Políticas, regimentos, códigos, procedimentos e normas são revalidados pontualmente conforme necessidade, ou no máximo em 1 ano caso não tenha ocorrido necessidade nos últimos 12 meses.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Atualmente, o acompanhamento do cumprimento das normas está sob a responsabilidade da Auditoria Interna. Este ano foi implementada a área de Compliance na Companhia através da criação da DCO aprovada pela Diretoria Executiva em Abril/2018 e pelo Conselho de Administração em Abril/2018.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia implantou o Código de Ética e Integridade e seus diretores e colaboradores observam o cumprimento que definem os comitês conforme constante do item i.a) acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**
- O Código de Ética e Integridade foi aprovado pela Diretoria Executiva em 20/06/2018, divulgando-o na Companhia nos meses de Junho e Julho de 2018. Adicionalmente um conjunto de regras e procedimentos que são aplicados e controlados pela auditoria interna.
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:**
- Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Conselho de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade foram treinados em Julho de 2018 acerca do Código de Ética e Integridade, bem como da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos.
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:**

As sanções aplicáveis estão detalhadamente previstas no Manual de Normas e Procedimentos, Norma Geral da Gerência de Recursos Humanos NG GHR 07 (Conduta Funcional). Tais sanções estabelecidas preveem:

- Sanções estabelecidas:
- Advertência verbal;
- Advertência escrita particular;
- Suspensão temporária da função ou de atividades;
- Demissão;
- Eventual responsabilização prevista em lei

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

•

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

O Código de Ética e Integridade foi aprovado pela Diretoria Executiva em 20/06/2018, e pode ser consultado no portal de Governança Corporativa da Companhia na internet através do endereço

<http://spturis.com.br/transparencia2020/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/>

•

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A companhia possui um canal de denúncias, tendo a Ouvidoria como responsável pela gestão deste canal.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias através da Ouvidoria, é interno, com profissionais da própria empresa.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias da Companhia está disponível para denúncias internas e externas e pode ser acessado no endereço <http://spturis.com/v7/denuncia.php>, telefone (11) 2089-0652, e-mail [ouvidoria@spturis.com](mailto:ouvidoria@spturis.com), ou presencialmente na sede da empresa.

### **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Os colaboradores podem ou não se identificar na abertura da denúncia. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Área de auditoria e Ouvidoria.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos recebe 100% das denúncias e avalia se os canais, controles e procedimentos são eficientes e eficazes.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A empresa não tem efetuado nenhum procedimento em processos de fusão, aquisição e ou reestruturação societária e não tem em vista fazê-lo, por não ser objeto operacional ou estratégico.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Para promover os mais altos padrões de ética, integridade e transparência, no primeiro semestre de 2018 a Companhia implementou e/ou aprimorou todo o arcabouço proveniente da Lei das Estatais 13.303/2016, a saber:

- Código de Conduta e Integridade
- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
- Política de Divulgação de Informações
- Política de Distribuição de Dividendos
- Política de Transação com Partes Relacionadas
- Carta Anual de Governança Corporativa
- Planejamento Estratégico
- Plano de Negócios
- Planos de Avaliação de Desempenho e Treinamentos
- Relatório de Sustentabilidade
- Regimento do Comitê de Elegibilidade
- Regimento do Comitê de Auditoria Estatutário
- Regulamento de Licitações e Contratos

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 Informar se, em relação ao último exercício social houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.**

Podem haver alterações significativas nos principais riscos, tendo em vista que a Companhia esta em processo de desestatização e eventuais contratos e/ou relações com entidades governamentais e partes relacionadas podem sofrer alterações.

Porém, não houve alterações no último exercício.

Com a criação da DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos), e a implantação de um processo integrado de gestão de riscos, a Companhia pretende obter um mapeamento mais preciso e com isso um melhor acompanhamento e tratativa de resposta a estes riscos, como por exemplo risco estratégico e de imagem, assim como outros citados na seção 5.1.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1. Os diretores devem comentar sobre

#### Introdução

A Prefeitura de São Paulo, editou em 16 de março do corrente exercício o decreto de nº 59.283, declarando situação de emergência no Município e definiu medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

Tendo em vista a declarada pandemia do COVID-19, bem como toda a sua repercussão frente à sociedade civil e ao mercado, inicialmente, e prioritariamente, esclarecemos que a Diretoria Executiva da Companhia preza pela saúde e bem-estar de todos os seus colaboradores e respectivos familiares, tendo tomado medidas para controlar, ao máximo, a exposição daqueles ao vírus.

Igualmente, esclarecemos que a SPTURIS permanece ativa em suas atividades rotineiras, em que pese reduzidas, inclusive atuando na linha de frente junto à Prefeitura Municipal de São Paulo na implementação do hospital de campanha do Complexo Anhembi. com algumas ações de responsabilidade da SPTURIS, cujos gastos correspondentes serão reembolsados pelo Tesouro Municipal conforme preceituado o art.2º do referido decreto. Também foi autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência.

#### Pessoas e preservação da saúde

Diante da implementação do hospital de Campanha, a sede administrativa da Companhia foi transferida para outros espaços do Complexo Anhembi, estes distantes do Palácio de Exposições, Pavilhões Oeste, Norte e Sul, locais onde foi construído referido hospital de campanha.

No mais, as seguintes medidas foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (*home office*) a alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;
- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Dispensa de marcação biométrica no ponto eletrônico;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico;
- Aprendizes dispensados de suas atividades ou colocados em teletrabalho;
- Estagiários colocados em recesso remunerado;
- Reuniões por vídeo ou teleconferência;
- Notificação às empresas terceirizadas para conscientização acerca dos riscos do COVID-19;



## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- Instalação de mais dispensadores de álcool em gel bem como aumento na frequência da limpeza dos banheiros, corrimãos e maçanetas; e
- Mensagens de conscientização dos riscos e medidas de higiene via WhatsApp.

### **Área de Relação com Investidores**

A área de Relação com Investidores da Companhia permanece atuando normalmente, estando à disposição, via correio eletrônico, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Ademais, a área permanece cumprindo com as suas obrigações legais frente à Comissão de Valores Mobiliários, especialmente as relativas à divulgação de informações e documentos.

### **Demonstrações Contábeis da Companhia**

Neste primeiro momento, acreditamos que não haverá reflexos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, visto que foi possível cumprir todos os prazos legais para entrega e publicação de documentos, bem como será realizada, até o final deste mês, a Assembleia Geral Ordinária.

Com relação às informações trimestrais, a Companhia entende que poderá haver impacto nos resultados (vide tópico “saúde financeira” abaixo).

### **Órgãos Colegiados**

As atividades do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade permanecem sendo realizadas normalmente, priorizando-se as reuniões virtuais e análise de documentos via correspondência eletrônica.

### **Saúde financeira da Companhia**

Com relação à saúde financeira da Companhia, entendemos que certamente haverá impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país, causando interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, assim como possíveis impactos em razão do cancelamento/adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e de eventos realizados para a Prefeitura Municipal de São Paulo (eventos públicos). Tais impactos, no entanto, não alteram a atual situação de dependência da Companhia da sua acionista majoritária, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, inclusive as Notas Explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

#### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

##### **Desempenho**

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a PMSP.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 31 de dezembro de 2019 comparado a 2018, em R\$ mil.

	<b>dez-19</b>	<b>dez-18</b>	<b>Variação</b>
<b>(+) EVENTOS/PMSP</b>	91.161	43.623	109%
<b>(+) ANHEMBI E INTERLAGOS:</b>	38.461	50.378	-24%
PAVILHÃO	11.535	15.769	-27%
PALÁCIO/ELIS REGINA	9.481	8.376	13%
SAMBÓDROMO	5.789	5.513	5%
OUTRAS LOCAÇÕES	4.360	4.699	-7%
ESTACIONAMENTOS	4.775	5.801	-18%
TELECOM	2.200	2.804	-27%
AUTÓDROMO DE INTERLAGOS	321	7.417	-96%
<b>(=) RECEITA OPER. BRUTA *</b>	129.622	94.001	38%
<b>(-) DEDUÇÕES:</b>	-14.784	-15.891	5%
DEVOLUÇÕES	-459	-3.233	-86%
DESCONTOS	-1.515	-4.207	-64%
IMPOSTOS	-12.810	-8.451	55%
<b>(=) RECEITA OPER. LÍQUIDA</b>	114.838	78.110	47%
<b>* Clientes Públicos</b>	70%	46%	52%
<b>* Clientes Privados</b>	30%	54%	-45%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Variações mais relevantes:

- a) O aumento de 109% em 2019 na rubrica Eventos/PMSP se deu por maiores receitas com eventos, em especial, pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR);
- b) Houve uma redução de 24% em Receitas com Parque Anhembi e Autódromo devido à perda de locações e a transferência da gestão e operação do Autódromo de Interlagos da Companhia para a São Paulo Obras (SPObras) conforme Decreto nº 58.319 de 13 de julho de 2018;

No ano de 2018 houve devolução de recursos referente a valores excedentes do evento Fórmula 1 – 2017.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo financeiro de 2019 e 2018 (em R\$ Mil).

	<b>Dez-19</b>	<b>Dez-18</b>	<b>Variação</b>
<b>1. TOTAL ENTRADAS (1)</b>	<b>202.433</b>	<b>136.538</b>	<b>48%</b>
1.1 Anhembi e Autódromo	35.386	44.229	-20%
1.2 Eventos / PMSP	136.993	67.913	102%
1.3 PAC	0	3.050	-
1.4 Outras	632	1.603	-61%
1.5 Adiantamento para futuro aumento de Capital	29.423	19.743	49%
<b>2. TOTAL SAÍDAS (2)</b>	<b>-189.585</b>	<b>-155.354</b>	<b>22%</b>
2.1 Pessoal	-55.738	-58.456	-5%
2.2 Serviços Públicos	-6.140	-6.460	-5%
2.3 Tributos/ Parcelamento	-15.704	-16.194	-3%
2.4 Fornecedores/ Outras	-111.505	-72.583	54%
2.5 Investimentos/ PAC	-499	-1.661	-70%
<b>MOVIMENTO DE CAIXA NO PERÍODO</b>	<b>12.848</b>	<b>-18.816</b>	<b>168%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

a) O aumento em 102% das entradas provenientes da PMSP foi devido aos fluxos dos recebimentos financeiros do repasse do evento “carnaval” com volume maior em 2019, Virada Cultural e Carnaval de Rua;

b) O aumento em 54% das saídas com Fornecedores foi reflexo dos fluxos financeiros de repasses do evento Carnaval-PMSP, Virada Cultural e Carnaval de Rua.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 2.531 mil, representando 2,2% da receita líquida, melhoria de 1,1 p.p. em relação ao ano anterior.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 27.217, redução de R\$ 12.832.

**b. Estrutura de capital**

A composição das dívidas de longo prazo com terceiros são, em geral, as que correspondem à estrutura de capital de uma empresa, sendo que na SPTURIS são as seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>Item</b>	<b><u>2019</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Empresas/Entidades do município	1	1.419	1.656	3.070
Obrigações tributárias	2	71.324	72.127	72.507
Provisões para contingências	3	73.740	73.356	55.352
Receitas diferidas	4	18.114	19.371	21.884
Subvenções para investimentos	5	11.336	15.476	-
<b>Total</b>		<b>175.933</b>	<b>181.986</b>	<b>152.813</b>

Entendemos, no nosso melhor conhecimento, que apenas o item 5 acima teve como origem o condão de aumentar o valor da Companhia. Até 2017, tal rubrica integrava indevidamente o grupo do patrimônio líquido.

**Item 1:** É decorrente do parcelamento do INSS em bloco das entidades municipais e dos ajustes finais, pois algumas empresas pagaram pelas outras, restando dívidas entre elas.

**Item 2:** Também é decorrente de parcelamento de tributos municipais em atraso.

**Item 3:** Não se trata de um financiamento, mas sim de obrigações por fatos consumados, não visando a investimentos com finalidades de prospecção de receitas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**Item 4:** Trata-se de receitas diferidas, obtidas pelo perdão ou redução de multas e encargos de mora de tributos municipais, os quais são reconhecidos à medida que a dívida mencionada no item 2 é paga.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Nesta data, 29/05/2020, as obrigações contratuais da Companhia previstas nos seus financiamentos (parcelamentos de tributos) correm o risco de não serem regularmente cumpridas, já que o saldo de disponibilidades está em R\$4.962 mil. Nas disponibilidades não são consideradas as contas vinculadas aos recursos recebidos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, já que tais valores são comprometidos aos projetos.

<b>Ativos financeiros de curto prazo</b>	<b><u>2019</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Caixa, bancos e aplicação de liquidez imediata	27.230	14.387	31.459
Clientes	8.342	5.412	10.729
Tributos a recuperar	4.633	1.554	2.602
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>40.205</b>	<b>21.353</b>	<b>44.790</b>

<b>Passivos financeiros de curto prazo</b>	<b><u>2019</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Obrigações trabalhistas	6.659	7.273	10.274
Obrigações tributárias	6.730	4.833	5.399
Fornecedores	12.089	9.099	9.983
Partes relacionadas	327	1.531	1.623
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>25.805</b>	<b>22.736</b>	<b>27.279</b>

	<b><u>2019</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Proporção de ativos financeiros em relação aos passivos financeiros	1,56	0,94	1,64

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 2017 a Companhia recebeu R\$ 41.770 mil da acionista majoritária em aporte de capital, e no final de 2019 mais R\$ 29.420.

A fonte de receitas por cessões de áreas ou locações são provenientes principalmente de clientes do setor privado, e a fonte de receitas por serviços são praticamente de natureza pública, para o único cliente, a PMSP, para quem são prestados serviços de organização de eventos, em que não há cobrança de ingressos ao público em geral. No relatório do Tribunal de Contas do Município - TCM, processo nº 72.004.104.18-31, item 6.3.1.a, folha 120, foi apontado, para as receitas com a PMSP, que “reputa-se necessária a revisão da taxa de produção, dos valores horários de profissionais da SPTuris utilizados na orçamentação dos eventos realizados para a PMSP e dos critérios e procedimentos para composição de custos e formação de preços a serem cobrados pelos serviços prestados à PMSP”. Para as receitas com o setor privado o TCM apontou que “o desconhecimento da composição de preço dos espaços destinados à locação pode comprometer a real capacidade de geração de receitas dos ativos imobilizados da empresa, podendo haver a prática de sub ou sobrepreço, o que pode explicar déficits de caixa, falta de recurso para investimento e perda de clientes para espaços concorrentes”. No tocante a falta de investimentos, foram aplicados R\$ 1.309 mil no imobilizado no exercício de 2019, contra uma depreciação de R\$ 11.959 mil, e o montante de déficits de caixa já acumula de prejuízos, que em 31/12/2019 é de R\$ 336.271 mil, o qual é 14% superior ao acumulado até 31/12/2018. A redução do Patrimônio Líquido foi de 32%.

A falta de informações adequadas de custos indiretos e outros controles, conforme o TCM aponta, ou mesmo confirma o que já é conhecido pela Administração, naturalmente traz como consequência a redução da visibilidade dos custos de seus produtos, e por conseguinte, a capacidade para determinar a adequada formulação de preços competitivos, de forma que não comprometa a estrutura operacional e a sua competitividade. Deve ser levada em consideração nos custos, certas especificidades que não são computadas pela concorrência, como requisitos públicos que devem ser atendidos, como a exigência de licitações na aquisição de bens e serviços, e concursos para o contratação de seu pessoal. Neste último caso, também é evidente que o processo de contratação de pessoal não é tão flexível para se adaptar a demanda de serviços, como se encontraria em relação ao setor privado. Todas estas variáveis de componentes complexos de custos que existem, por fim, encaminhou a Companhia à dependência aos recursos financeiros da PMSP, razão pela qual, inclusive, a Companhia foi considerada como Estatal dependente em 2019, o que a obriga a se enquadrar nos controles orçamentários da Prefeitura.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia não contraiu financiamentos para capital de giro ou para investimentos junto a instituições financeiras para o período de 2017 a 2019. Todos os recursos são provenientes de suas atividades operacionais e de aporte de recursos pela acionista majoritária, ou, ainda, de convênios federais, sendo, neste último caso, atrelados a projetos específicos de investimentos.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Não é descartada a possibilidade de buscar recursos em instituições financeiras que a Companhia mantenha conta corrente de depósitos à vista, porém não existem cenários que projetem essa situação no momento.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:****i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes****ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos e outras instituições financeiras.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Os parcelamentos existentes são os descritos abaixo e trata-se de parcelamento de impostos:

<b>Dívidas</b>	<b><u>2019</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>	<b>Grau de subordinação</b>
Parcelamento/Empresas PMSP – INSS	1.746	3.187	4.693	Garantia não exigida
Parcelamento IPTU/ISS Lei Municipal 14.129/06	70.269	70.596	70.410	Garantia não exigida
Receita Diferida – ISS/IPTU	19.370	20.627	21.884	Garantia não exigida
<b>Total</b>	<b>91.385</b>	<b>94.410</b>	<b>96.987</b>	

O grau de subordinação é o mesmo, tendo em vista que não foram exigidas garantias para as dívidas do quadro acima.

**Acordo PMSP/INSS**

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S.A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação, o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S.A. um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 19/06/2015, em assembleia geral, foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 39.902 mil. Essa absorção se deu mediante débito à conta da acionista majoritária, a Prefeitura Municipal de São Paulo, com base no processo municipal nº 2013.0.367.885-0. O valor equivalia à dívida que a São Paulo Turismo S.A. possuía junto à PMSP. Ainda, segundo o referido processo administrativo, no transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo S.A. ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 1.746 mil.

**Parcelamento ISS/IPTU**

Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal nº 14.129/06, pelo qual as obrigações, desde 1991, para o IPTU, e, desde 1997, para o ISS, foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Todos os pagamentos são feitos via débito automático e estão regulares, tendo sido pagas 162 parcelas até 31/12/2019.

**Receita diferida – ISS/IPTU**

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal nº 14.129/06, relativos aos tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, §§ 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento. Conforme as parcelas são pagas, o respectivo benefício é reconhecido em receita.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Conforme o artigo 19 do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração aprovar orçamentos de dispêndios e investimentos, anuais e plurianuais, com indicação das fontes e aplicações dos recursos; analisar e aprovar propostas financeiras relativas a investimentos, financiamentos e demais operações de crédito; elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público, submetendo-a à Assembleia Geral; enviar para aprovação, anualmente, à Assembleia Geral, proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do exercício social findo; deliberar sobre emissões de ações,



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

dentro do limite do capital autorizado.

Conforme o artigo 20 do Estatuto Social, caberá ao Conselho de Administração autorizar a Diretoria Executiva a: adquirir, onerar ou alienar bens imóveis de qualquer natureza; alienar bens do ativo fixo; adquirir bens para o ativo fixo, desde que o valor unitário do bem a ser adquirido seja igual ou superior a 100 (cem) Unidades Fiscais do Município (UFM) de São Paulo, ou o valor global das aquisições que no mesmo mês seja superior a 500 (quinhentas) UFM's de São Paulo; contrair obrigações financeiras superiores, individualmente, a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); antecipar o pagamento de dividendos aos acionistas.

As restrições para a alienação de controle societário que se aplicam à Companhia são as normas da legislação ordinária e as normas que regem a alienação de ativos da Prefeitura do Município de São Paulo, além daquelas que devem ser observadas também nos âmbitos Legislativo e Judiciário.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos. Possui, unicamente, dívidas relativas a parcelamentos relacionadas a tributos, sendo estes, apenas, no âmbito municipal.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

	<b><u>2019</u></b>	<b>AV</b>	<b><u>2018</u></b>	<b>AV</b>	<b><u>2017</u></b>	<b>AV</b>
<b>Ativo</b>	<b>262.642</b>	<b>100%</b>	<b>255.270</b>	<b>100%</b>	<b>285.124</b>	<b>100%</b>
<b>Circulante</b>	<b>41.859</b>	<b>16%</b>	<b>22.869</b>	<b>9%</b>	<b>47.176</b>	<b>17%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	27.230	11%	14.387	6%	33.216	12%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Clientes	8.342	3%	5.412	2%	10.729	4%
Almoxarifado	654	0%	502	0%	394	0%
Outros valores a receber	5.633	2%	2.568	1%	2.837	1%
<b>Não Circulante</b>	<b>220.783</b>	<b>84%</b>	<b>232.401</b>	<b>91%</b>	<b>237.948</b>	<b>83%</b>
Realizável à longo prazo	1.409	1%	1.604	1%	1.296	0%
Imobilizado	218.424	83%	229.417	90%	234.753	82%
Intangível	950	0%	1.380	0%	1.899	1%

	<b><u>2019</u></b>	<b>AV</b>	<b><u>2018</u></b>	<b>AV</b>	<b><u>2017</u></b>	<b>AV</b>
<b>Passivo</b>	<b>262.642</b>	<b>100%</b>	<b>255.270</b>	<b>100%</b>	<b>285.124</b>	<b>100%</b>
<b>Circulante</b>	<b>59.316</b>	<b>23%</b>	<b>33.122</b>	<b>13%</b>	<b>44.749</b>	<b>16%</b>
Empresas Municipais	327	0%	1.531	1%	1.623	1%
Fornecedores	12.089	5%	9.099	4%	9.983	4%
Obrigações trabalhistas	6.659	3%	7.273	3%	12.106	4%
Obrigações tributárias	6.730	3%	4.833	2%	5.399	2%
Recursos municipais Eventos	20.670	8%	850	0%	3.806	1%
Adiantamentos de clientes	8.631	3%	8.093	3%	11.271	4%
Receita Diferida – ISS/IPTU	1.256	0%	1.256	0%	-	-
Outras exigibilidades	2.954	1%	1.037	0%	561	0%
<b>Não Circulante</b>	<b>176.109</b>	<b>67%</b>	<b>182.099</b>	<b>71%</b>	<b>152.813</b>	<b>53%</b>
Acordo PMSP/INSS/Empr. Munic.	1.419	1%	1.656	1%	3.070	1%
Cessões de áreas a realizar	266	0%	144	0%	0	0%
Obrigações Tributárias	71.234	27%	72.127	28%	72.507	25%
Provisões para contingências	73.740	28%	73.326	29%	55.352	19%
Receita Diferida – ISS/IPTU	18.114	7%	19.371	7%	21.884	8%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Subvenções para investimentos	11.336	4%	15.475	6%	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>27.217</b>	<b>10%</b>	<b>40.049</b>	<b>16%</b>	<b>87.562</b>	<b>31%</b>
Capital social	216.713	82%	216.713	85%	149.199	52%
Reservas de Capital	29.420	11%	-	0%	60.293	21%
Reserva de reavaliação	117.355	45%	118.331	46%	119.307	42%
Prejuízos acumulados	-336.271	-128%	-294.995	-115%	-241.237	-84%

A seguir estão descritas as principais variações nas contas patrimoniais:

**Ativo Circulante****2019 em relação a 2018**

Caixa e equivalentes tiveram um aumento expressivo no final de 2019, em 89 %, em relação a 2018, em razão de aportes efetuados pela acionista majoritária, a PMSP, para custeio das atividades e que serão integralizados ao capital. O aumento em clientes de 54%, almoxarifado, de 30%, e outros valores a receber (IR e INSS a compensar), 119%, refletem o aumento de eventos realizados para a PMSP.

**2018 em relação a 2017**

A redução geral dos índices do Ativo Circulante decorre da diminuição de contratos com a Prefeitura de São Paulo - PMSP, e redução das receitas com a PMSP de 2017 para 2018, que foi de 42%, refletindo nas disponibilidades, pois as despesas e custos de pessoal praticamente se mantiveram, com pequeno aumento de 0,5% de 2017 para 2018, já que, embora a Companhia tenha perdido alguns eventos, que foram produzidos em outras Secretarias da PMSP, tendo em vista o processo de privatização, ainda pode ser contratada pela Secretaria de Turismo, e, portanto, deve manter as equipes de produção, pois, além de as contratações de trabalhadores estarem sujeitas a concursos, são trabalhos geralmente complexos. Houve também uma redução de receitas de locações de 16% de 2017 para 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****2017 em relação a 2016**

Verificou-se aumento nas disponibilidades. O motivo mais relevante pode ser atribuído aos aportes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo.

**Ativo não Circulante****2019 em relação a 2018**

A redução do não circulante em 5% deve-se principalmente à depreciação do imobilizado e da amortização do intangível. Foram R\$ 1.309 mil em adições e R\$ 11.959 mil de depreciações no imobilizado.

**2018 em relação a 2017**

A redução do imobilizado deve-se a ajustes contábeis de adequação dos controles de depreciação.

**2017 em relação a 2016**

Em 2017 foram aplicados R\$ 6.818 mil em obras em andamento, com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Passivo Circulante****2019 em relação a 2018**

O passivo circulante aumentou 79% em relação a 2018, de um modo geral principalmente em razão do aumento dos eventos para a PMSP.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****2018 em relação a 2017**

A redução mais relevante deve-se ao fato de que em 31/12/2017 havia mais valores a repassar para as entidades do samba para a realização do Carnaval futuro. Também decorre de ajustes contábeis de provisões para o longo prazo, diante da perspectiva de as soluções ocorrerem em um prazo mais dilatado.

**2017 em relação a 2016**

Em 2017, foram reconhecidas provisões para reajustes salariais e encargos rescisórios de comissionados.

**Passivo não Circulante****2019 em relação a 2018**

Houve uma redução do não circulante em 3,3% em relação a 2018 pela realização das receitas diferidas.

**2018 em relação a 2017**

O aumento do passivo não circulante deve-se às transferências de provisões do circulante para o longo prazo, em razão da expectativa quanto ao prazo em que ocorrerão as decisões das ações de reajustes de salários em atraso, e também da transferência contábil das subvenções recebidas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, indevidamente contabilizadas no Patrimônio Líquido.

**2017 em relação a 2016**

A variação mais relevante foi na readequação das estimativas em provisões para contingências, havendo uma redução.

**Patrimônio Líquido**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 2019 houve uma redução de 32,0% do Patrimônio Líquido, mesmo com o aporte de R\$ 29.420 mil, devido ao aumento de 14% nos prejuízos acumulados.

Em 2018, houve a integralização dos adiantamentos de capital e a redução relevante deve-se principalmente ao prejuízo do exercício de R\$ 55.042 mil.

Em 2017, houve um aumento dos recursos aportados pela acionista majoritária, Prefeitura de São Paulo, bem como a reclassificação dos recursos recebidos do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, para o grupo de reservas de capital. Também houve reversão de provisões para contingências, acarretando prejuízo menor em 2017 em relação a 2016.

A seguir estão descritas as principais variações nas contas de resultado da Companhia:

	<u>2019</u>	AV	<u>2018</u>	AV	<u>2017</u>	AV
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>114.838</b>	<b>100%</b>	<b>78.110</b>	<b>100%</b>	<b>117.679</b>	<b>100%</b>
Custo dos Serviços Prestados	-88.334	-77%	-64.949	-60%	-72.029	-61%
<b>Resultado Bruto</b>	<b>26.504</b>	<b>23%</b>	<b>13.161</b>	<b>40%</b>	<b>45.650</b>	<b>39%</b>
Despesas Operacionais	-66.533	-58%	(65.561)	-107%	-62.238	-53%
Despesas administrativas	-69.086	-60%	-69.493	-112%	-66.201	-56%
Outras receitas (desp.) operacionais líquidas	2.553	2%	3.932	5%	3.963	3%
<b>Resultado Operacional Antes do Res Financeiro</b>	<b>-40.029</b>	<b>-35%</b>	<b>-52.400</b>	<b>-67%</b>	<b>-16.588</b>	<b>-14%</b>
Despesas financeiras líquidas	-2.531	2%	-2.642	-3%	-4.465	-4%
<b>Lucro (Prejuízo) antes do Imp de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>-42.560</b>	<b>-37%</b>	<b>-55.042</b>	<b>-70%</b>	<b>-21.053</b>	<b>-18%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0%	0	0%	0	0%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>	<b>-42.560</b>	<b>-37%</b>	<b>-55.042</b>	<b>-70%</b>	<b>-21.053</b>	<b>-18%</b>
--	----------------	-------------	----------------	-------------	----------------	-------------

**Receita Operacional Líquida**

Em 2019 houve um aumento de 47,0% de receitas com eventos, em razão de contratos com a Secretaria Municipal de Turismo.

Em 2018, houve a redução de receitas com eventos, em razão de haver sido transferido para a São Paulo de Obras a gestão do Autódromo de Interlagos, incluindo a realização da Fórmula 1.

Em 2017, as receitas de locações reduziram em 37,8% e as de eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo reduziram em 35,2%, em relação ao ano anterior. A receita líquida reduziu em 36,4%.

Em 2016, as receitas de locações reduziram em 33,1% e as de eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo aumentaram em 10,3%, em relação ao ano anterior.

**Custo dos Serviços Prestados**

Em 2019 houve um aumento de 36,0% de custos com eventos, em razão de contratos com a Secretaria Municipal de Turismo. Este aumento é proporcionalmente menor que o aumento da receita, o que melhorou o resultado bruto em 101,4%.

Em 2018 a redução dos custos dos serviços prestados reflete a redução da receita líquida.

Em 2017, os custos dos serviços prestados reduziram em 22,2% em relação ao ano anterior.

**Despesas Operacionais**

Em 2019 as despesas operacionais praticamente se mantiveram estáveis, tendo um aumento de 1,5%.

Em 2018 houve aumento das provisões trabalhistas e em 2017 houve redução das provisões cíveis.

Em 2017, houve uma redução no grupo de despesas administrativas em 58,3% em relação ao ano anterior, sendo que 65,9% desta redução deveu-se à redução na provisão para contingências cíveis, 11,8% à redução de provisões fiscais, e 11,9% à redução de provisões para créditos de

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

liquidação duvidosa. Portanto, a redução de despesas administrativas atribuíveis às demais contas foi de 10,2%.

**Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro****Despesas Financeiras Líquidas**

As despesas financeiras líquidas da Companhia decorrem basicamente do parcelamento de tributos municipais. Portanto as variações ano a ano tendem a diminuir, na medida que a dívida é paga. A alavancagem só se dará em relação à realização da receita diferida, referente aos encargos perdoados na adesão, quando então as despesas financeiras deverão ser menores que as receitas realizadas.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2. Resultado Operacional e Financeiro****a. resultado das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

	<b><u>2019</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Cessões de áreas para eventos	31.165	34.356	40.786
Estacionamento	4.775	5.801	5.148
Produção de eventos	91.161	43.623	82.147
Outras receitas	2.521	10.221	8.527
<b>Total das Receitas</b>	<b>129.622</b>	<b>94.001</b>	<b>136.608</b>
Impostos e deduções	(14.784)	(15.891)	(18.929)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>114.838</b>	<b>78.110</b>	<b>117.679</b>

Conforme se verifica da composição da receita líquida do quadro acima, ainda ocorre reduções das receitas de cessões de áreas, 15,8% de 2017 para 2018 e 9,3% de 2018 para 2019. Esta redução é devida a deterioração dos equipamentos por falta de investimentos. Em contrapartida houve substancial aumento para eventos da PMSP, em 2019, com aumento de 109,0% em relação a 2018. No entanto, este aumento também é em função de que a base 2018 estar reduzida, face queda de receitas de eventos representativa de 2017 para 2018, em 46,9%, face ao esvaziamento de eventos para a PMSP, em razão do processo de privatização, o qual não se efetivou.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços**

Não ocorreram efeitos relevantes nas receitas atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro econômico brasileiro, em relação a cada um dos três últimos exercícios.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****c. impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia**

Não ocorreram efeitos relevantes no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia, atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro econômico em relação a cada um dos três últimos exercícios, sobre insumos e produtos.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Em 09/2019 o processo de privatização foi encerrado sem que concorressem interessados. Desde então houve incremento substancial de eventos para a PMSP. A Companhia recebeu aportes de capital da PMSP e tornou-se dependente de seu orçamento.

Em 2018, face ao processo de desestatização da Companhia, perdemos a prerrogativa para alguns eventos realizados para a Prefeitura, e, também deixamos de realizar a gestão do equipamento da PMSP, o "Autódromo de Interlagos", e por consequência, o evento "Fórmula 1". A gestão foi transferida para a empresa da Prefeitura, São Paulo Obras, inclusive o "know how" para a realização do evento, de forma colaborativa.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4.****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis por nós adotadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicáveis.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 2019 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

*“A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 42.560 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 55.042 em 31 de dezembro de 2018) e que, naquela data, o patrimônio na rubrica de prejuízos acumulados as perdas acumuladas de R\$ 336.271 (R\$ 294.995 em 31 de dezembro de 2018). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativas n<sup>o</sup> 15 - Adiantamentos (em relação a possível privatização, além de tópico específico divulgado no Relatório de Administração da Companhia) e n<sup>o</sup> 25 - Continuidade Operacional da Companhia, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A.** foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.”*

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 2018 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

*"A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 55.042 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 21.052 em 31 de dezembro de 2017) e que, naquela data, o patrimônio na rubrica de prejuízos acumulados as perdas acumuladas de R\$ 294.995 (R\$ 241.237 em 31 de dezembro de 2017). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr. 23, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade*

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto."*

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 2017 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

*"A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 21.053. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$68.432 em 31 de dezembro de 2016) e que, naquela data, o patrimônio na rubrica de prejuízos acumulados as perdas acumuladas de R\$241.237 (R\$221.468 em 31 de dezembro de 2016). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr. 24, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto."*

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

**1) Redução ao valor recuperável – *impairment***

Conforme método divulgado na nota explicativa nº 9, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

O procedimento para verificação de não realização de ajuste consistiu dos seguintes passos:

· Passo 1: comparou-se o valor contábil dos imóveis ao valor de venda;

· Passo 2: O valor de uso se baseou no histórico, e diante da falta de ocupação, ao se incorporar-lhe custos fixos, não se verifica a projeção de fluxos de caixa futuros positivos, o que irá determinar um valor nulo, já que um bem físico não pode ter um valor negativo.

Passo 3: Portanto, o valor de venda revelou-se maior do que o valor presente dos fluxos de caixa futuros do equipamento, apenas pela simples observação da ocupação, sem a necessidade de quaisquer cálculos adicionais.

· Passo 4: Foi verificado que o valor de venda é bem superior ao valor contábil, e portanto nenhum ajuste foi realizado.

**2) Provisão para demandas judiciais.**

A Companhia é parte em certos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração,

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

Na área cível consta a ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 45.904, contra a empresa SPTRANS, parte relacionada, sob mesmo controle acionário da PMSP, que reclamou recursos que alegou não haver recebido, referentes a repasses da PMSP, para o transporte de integrantes de entidades do samba, nos carnavais entre 1984 e 1997. A Companhia, já condenada, face à precariedade de registros e documentos à época, aguarda a solução financeira, dentre as quais a mesma que em outro processo com as mesmas características, de equacionamento pela acionista majoritária comum.

A Companhia também provisiona os dissídios decorrentes dos Acordos Coletivos de Trabalhos desde 2016 para reajustes de salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

Contingências tributárias de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL apuradas em trabalho de consultoria foram baixadas, ao verificar-se no próprio relatório dos consultores a advertência do uso do relatório, que não teve por objetivo determinar ajustes, face a metodologia aplicável a avaliação de mercado de uma companhia para a venda, e num escopo restrito aos últimos cinco anos.

**3) Impostos diferidos sobre o lucro**

A Companhia não faz este tipo de provisão, apesar do montante dos prejuízos acumulados, justamente pela falta de um histórico de lucros e perspectivas de lucros num futuro próximo.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:****a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:****i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

A Companhia não mantém contratos de arrendamento operacional, embora faça se valer da locação de diversos equipamentos para realizar seus eventos, os quais são disponibilizados conforme a demanda por entidades não equiparadas a instituições financeiras.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixados sobre as quais mantenha riscos e responsabilidade que não estejam registradas no passivo.

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Companhia não possui contratos de futura compra de produtos ou serviços.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2019 o montante de R\$ 15.958 e aplicados R\$ 13.108 em obras.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6., os diretores devem comentar:****a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Em relação ao item IV, a aplicação dos recursos do PAC evidentemente, trarão melhorias nos equipamentos refletindo diretamente nas receitas e redução de custos, melhorando os resultados operacionais.

**b. natureza e o propósito da operação**

Reformas nos equipamentos de áreas locáveis.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2019 o montante de R\$ 15.958 e aplicados R\$ 13.108 em obras.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:****a. investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Não se aplica. A Companhia não está realizando investimentos.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Não se aplica. A Companhia não está buscando financiamentos para a realização de investimentos.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não existem desinvestimentos em andamento e não existe previsão de investimentos.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:**

Não aplicável, uma vez que não há nenhuma indicação de aquisição pela Companhia de algum dos itens acima mencionados.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:****i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas****ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços****iii. projetos em desenvolvimento já divulgados****iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não criou e nem desenvolveu novos produtos e/ou serviços e não investiu em pesquisas.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.